

## 8. UM NOVO PACTO NACIONAL E DEMOCRÁTICO?

Tanto os empresários industriais quanto a burocracia pública que dirigiram o Brasil entre 1930 e 1987 só voltarão a ter o prestígio e o poder quando forem capazes de ajudar a construir um novo projeto de nação. O Estado Oligárquico era um Estado por definição capturado pelos interesses de classe. O Estado Nacional-desenvolvimentista foi um Estado de transição que realizou a Reforma Burocrática de 1936 e, através do Decreto-lei 200, preanunciou a Reforma Gerencial ao demonstrar na prática que para promover o desenvolvimento econômico sua burocracia não pode ser apenas weberiana. O Estado que hoje existe no Brasil é um Estado democrático mas que voltou a ser liberal e dependente, e, portanto, incompatível com a retomada do desenvolvimento econômico. Esse Estado começou a Reforma Gerencial de 1995, mas sua alta burocracia pública, refletindo o estado de ânimo da sociedade brasileira, está confusa e desorientada pela falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Enquanto não voltar a existir um projeto de Nação no Brasil, enquanto a coalizão política dominante contar com empresas multinacionais e interesses estrangeiros no Brasil, não haverá desenvolvimento econômico. Só quando voltar a existir no país uma coalizão política ampla da qual façam parte das classes dirigentes a alta burguesia industrial e alta burocracia pública o Brasil poderá voltar a realmente se desenvolver. Enquanto isso não acontece, o país se manterá quase-estagnado – crescendo porque o capitalismo é dinâmico, mas vendo sua distância em relação aos países ricos aumentar ao invés de diminuir, como seria de se esperar. A eventual retomada do desenvolvimento econômico em termos nacionais não resolverá magicamente os problemas do país. Continuaremos a ver no Brasil um elevado grau de corrupção, uma generalizada violência aos direitos republicanos dos cidadãos, ou seja, ao direito que cada cidadão tem de que o patrimônio público seja usado de forma pública. A pobreza, a injustiça e o privilégio continuarão ainda amplamente dominantes no Brasil. A violência aos direitos sociais ainda convive com violências aos direitos civis, especialmente dos mais pobres. Mas em todas essas áreas o progresso depende da retomada do

desenvolvimento econômico. É verdade que, na área política e social, houve um substancial avanço desde 1980, ou seja, desde que a economia entrou em regime de quase-estagnação. Isto foi possível graças principalmente ao Pacto Democrático-Popular de 1977. Dificilmente, porém, será possível continuar a progredir nessas duas áreas e na proteção do ambiente se a Nação não for reconstituída, se a sociedade como um todo não voltar a se constituir como Nação, e se suas classes dirigentes não voltarem a contar com uma burocracia pública dotada de uma missão republicana.

### **Acordo nacional**

Dada a dominância do Pacto Liberal-Dependente e sua incapacidade intrínseca de lograr o desenvolvimento do Brasil, a pergunta que surge naturalmente é se existe, potencialmente, uma coalizão alternativa que tenha caráter nacional. Ainda que não possa fazer previsão segura a respeito, creio que já existem na sociedade brasileira indícios suficientes de que um pacto nacional voltado para o desenvolvimento está para surgir. Ou, em outras palavras, a Nação brasileira, depois de sua rendição ao pensamento hegemônico no final dos anos 1980, está dando sinais de que pode ser reconstruída: que existe no ar a possibilidade de um grande acordo nacional que volte a lhe dar coesão e sentido.

Estes indícios estão relacionados, mais diretamente, ao fracasso do Pacto Liberal-Dependente nos últimos dezesseis anos, e mais amplamente, ao esgotamento do Ciclo Democracia e Justiça iniciado em 1964. Este ciclo se esgotou não porque os objetivos de liberdade e justiça social tenham sido alcançados, mas porque o pressuposto em que estava baseado, de que o desenvolvimento econômico estava garantido, não se realizou, ou, em outras palavras, porque esse ciclo esqueceu a idéia de Nação. Dessa forma, está ficando cada vez mais claro que a sociedade brasileira só poderá avançar em relação à democracia e à diminuição da desigualdade se retomar o desenvolvimento econômico, e, portanto, se recuperar sua condição de Nação.

Para que uma Nação exista e se afirme não basta que tenha um Estado e um território, é preciso que conte também com a coesão que só um acordo nacional garante. Acordo nacional é o contrato social básico que dá origem à Nação e que a mantém forte e coesa; é o grande

acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que essa sociedade se transforme em uma verdadeira Nação, ou seja, em uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na era do capitalismo global em que vivemos hoje, a economia mundial está organizada de acordo com duas unidades básicas competitivas: as empresas e os Estados-nação. A teoria econômica convencional tende a ignorar a competição entre as nações, enfatizando a competição entre as empresas, mas as duas ocorrem simultaneamente e com relativa independência. A globalização é a competição generalizada, em nível mundial, entre as empresas e entre os Estados-nação ou países. Enquanto o objetivo econômico das empresas é realizar lucros e crescer, o dos Estados-nação é desenvolver-se economicamente. Enquanto a empresa se prepara para a competição inovando, ou seja, acumulando capital e incorporando progresso técnico na produção, o Estado-nação se desenvolve educando sua população, estabelecendo a infra-estrutura necessária para que ela possa investir e crescer, criando oportunidades de investimento lucrativo, mantendo a estabilidade macroeconômica e definindo instituições que garantam a propriedade e os contratos.

No quadro da democracia, além do Estado, também a Nação passa por um processo de democratização, na medida em que os trabalhadores e as novas classes médias profissionais que estão surgindo desde o século passado tornaram-se mais educadas e dotadas de maior poder político. Em conseqüência, passaram a partilhar com a classe capitalista o poder do Estado. Este deixa de ser a expressão de uma classe para ser o instrumento de ação coletiva de toda a sociedade. Ou, mais precisamente, passa a ser o instrumento da sociedade politicamente organizada, que é tanto a sociedade civil como a Nação.

Os conceitos de sociedade civil e de Nação são semelhantes, mas o segundo é mais amplo, engloba mais pessoas e tem um sentido econômico mais claro. Em uma sociedade moderna, temos, fora do Estado, três maneiras pelas quais essa sociedade se organiza politicamente: o “povo”, que é o conjunto de cidadãos com direitos iguais e igual poder: para cada cidadão, um voto; a “sociedade civil”, na qual o poder desses cidadãos é proporcional ao comando de que cada um dispõe em função de sua capacidade de organização, de seu dinheiro e de seu conhecimento; e a “nação”, que é essa mesma sociedade civil, mas pretende abranger todos os cidadãos e tem uma conotação de classe e uma conotação internacional: não exclui os

conflitos internos, mas implica um acordo nacional, um acordo entre as classes, quando se trata de competir internacionalmente e lograr o desenvolvimento econômico.

No processo histórico de formação dos Estados nacionais, o acordo nacional é, portanto, condição de existência da própria Nação. Enquanto o Estado era autoritário, como nas monarquias absolutas, ou relativamente autoritário, como no quadro dos regimes liberais, já havia um acordo nacional, na medida em que a burguesia lograva a solidariedade do resto da sociedade quando se tratava de se defender do inimigo externo ou de competir com o adversário externo. Agora, quando o Estado passa a ser democrático e deixa de representar tão unilateralmente uma classe, o acordo nacional ganha consistência, as duas ideologias fundamentais que presidiram sua formação — o liberalismo e o nacionalismo — tornam-se dominantes. Liberalismo e nacionalismo sempre viveram às turras e foram contestados pelos socialistas desde o século XIX, mas, na medida em que o capitalismo se revelou mais apto a promover o desenvolvimento econômico e foi capaz de incorporar um número crescente de valores e instituições socialistas, essas duas ideologias, ainda que parcialmente contraditórias, mantiveram-se dominantes. Nos países desenvolvidos, o nacionalismo tornou-se de tal forma dominante, compartilhado por todos os cidadãos e todas as classes, que deixou de ser um fator distintivo. Nesses países, ninguém tem dúvida de que o papel do governo é defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais. Por isso, porque o nacionalismo é forte e tácito, a expressão “nacionalismo” pôde passar a ser utilizada para caracterizar sejam os excessos do nacionalismo, do tipo que ocorreu na Alemanha nazista, sejam as manifestações de amplos setores dos países periféricos que buscam sua autonomia nacional real e não apenas formal, que buscam libertar-se dos grilhões representados pela ortodoxia convencional.

O nacionalismo desenvolvimentista dos países periféricos é naturalmente malvisto pelos países ricos em função da ameaça competitiva que esses países representam graças à sua mão-de-obra barata e à facilidade em importar ou copiar tecnologia. Isto ficou patente já nos anos 1970, quando surgiram os NICs (*newly industrializing countries*). Temos, assim, dois grandes grupos de países: os países ricos, cujos cidadãos, unidos no seu próprio nacionalismo tácito, não precisam mais do adjetivo “nacionalista” para se distinguir de seus compatriotas, e os países em desenvolvimento. Entre estes últimos temos os países que sacudiram a dependência, estabeleceram um acordo nacional e possuem uma estratégia nacional de

desenvolvimento, como o Brasil entre 1930 e 1980, como são hoje os países dinâmicos da Ásia, e como parece que Argentina está começando a ser depois de ter aprendido com a grande crise de 2001. E temos os países dependentes, sem acordo ou estratégia nacional de desenvolvimento e competição, sem uma verdadeira Nação, como voltaram a ser o Brasil e o México desde aproximadamente 1990.

No caso dos países ricos, o acordo nacional é forte e a Nação é forte. Para seus cidadãos não faz sentido que as políticas econômicas adotadas por seus governantes e inscritas nas instituições de seu Estado sejam orientadas por outros países mais poderosos. Quando são pequenos, podem aceitar a proteção militar de um país mais forte e fazer aliança política com ele, mas jamais incluem na sua aliança a subordinação econômica. Pelo contrário, nesse plano mantêm uma atitude independente e competitiva. O caso do Japão em relação aos Estados Unidos é exemplar nessa matéria. Já nos países em desenvolvimento, o acordo nacional é, por natureza, mais fraco, porque a Nação é dividida entre nacionalistas e cosmopolitas e, portanto, frágil, dependente. Se o país não for simplesmente pobre, mas for um país de desenvolvimento médio, como o Brasil, esse país será um competidor e, portanto, os países ricos agirão naturalmente para neutralizar essa capacidade competitiva.

Uma Nação será tanto mais forte quanto mais coesão alcançar. A coesão ou, nos termos de Durkheim, a solidariedade orgânica de seus membros, é a qualidade positiva fundamental de qualquer sistema social. Um sistema social — e a Nação não é outra coisa senão um tipo especial de sistema social — será forte se for coeso, se seus membros, não obstante os conflitos que inevitavelmente terão entre si, estiverem unidos quando se tratar de competir com outras nações. O que dá coesão a uma Nação é o seu nacionalismo ou seu patriotismo, é a sua capacidade de transformar a idéia geral de um destino comum em uma estratégia nacional de desenvolvimento. É verdade que há muitos tipos de nacionalismo e que, muitas vezes, o nacionalismo tenha sido violento, se não terrível. Mas assim como há nacionalismos violentos, autoritários, racistas — como pode se transformar em xenofobismo —, o nacionalismo também pode ser democrático, liberal, social e republicano.

O nacionalismo dos povos ricos e democráticos de hoje geralmente tem essas quatro características. Seus cidadãos são nacionalistas porque estão identificados politicamente com

sua Nação, mas isso não os impede de defender a igualdade essencial de direitos de todos os cidadãos, o respeito ao império da lei ou ao Estado de direito, a liberdade, a justiça social e a necessidade de que virtudes cívicas de cidadãos e governantes temperem os conflitos inerentes a economias coordenadas não apenas pela lei, mas também pelos mercados. Cada um dará peso diferente a esses valores — o que permitirá classificá-los como de direita ou de esquerda, como conservadores ou progressistas —, mas todos os combinarão de alguma maneira, e todos reagirão, indignados, ao racismo, ao privilégio e ao autoritarismo.

Dentro do quadro da globalização, no início do século XXI, qual a natureza do acordo nacional a ser celebrado para que o país volte a se desenvolver? Não cabe aqui fazer uma lista de prioridades nacionais. Ao invés disso, apresentarei apenas os pressupostos de um acordo dessa natureza — pressupostos que devem ser aceitos pelos cidadãos membros dessa Nação para que ela possa existir e ser forte e coesa. O primeiro pressuposto de um acordo nacional é o da aceitação, por parte dos seus membros, da necessidade desse acordo para que a Nação tenha coesão e identidade. O segundo é o de que a era da globalização está marcada pela competição generalizada entre os Estados-nação. O terceiro pressuposto é o de que nessa competição só terão êxito os Estados-nação que, além de lograrem uma razoável coesão social, tiverem claro para si mesmos que deverão tomar suas decisões de política econômica de acordo com seu próprio julgamento e não de acordo com os conselhos e pressões que vêm dos países ricos. O quarto é o de que não resta alternativa aos países de renda média como o Brasil senão absorver a ciência e a tecnologia externas e competir internacionalmente: a alternativa de se fechar sobre si mesmo implica aceitar de antemão a derrota. O quinto é o de que, em seu processo de desenvolvimento, os países de renda média não deverão contar com a “ajuda” ou com os recursos dos países ricos, mas com seus próprios recursos: sua própria capacidade de poupar e acumular capital.

### **Coalizão alternativa**

O sinal mais claro de que existe hoje uma oportunidade para que um novo acordo nacional se estabeleça, ou, em outras palavras, que uma coalizão política alternativa ao Pacto Liberal-Dependente se forme, é a mudança de posição dos empresários industriais. Estes se constituíram no grupo dominante no Brasil durante todo o período nacional-

desenvolvimentista, tiveram um papel decisivo na transição democrática que se iniciou em 1977, no momento em que começam a romper o acordo que haviam celebrado com os militares, e são novamente o grupo dominante no Pacto Popular-Democrático de 1977.

Entretanto, com o fracasso do Plano Cruzado, os empresários industriais se desorientaram e se desorganizaram. Percebem que o modelo de substituição de importações estava esgotado, e que a alternativa da ortodoxia convencional não era aceitável, mas não sabem para onde orientar sua ação política. Durante algum tempo, ficaram perplexos; organizações como a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria de repente se viam sem discurso. A onda neoliberal soprava então com toda força e os empresários industriais sentiam-se sem argumentos diante dos fatos novos. A abertura comercial que se impunha para tornar a indústria mais competitiva era percebida por eles como uma ameaça, quando, na verdade, só o seria se fosse realizada depressa demais, como acabou sendo; já a abertura financeira que representava uma ameaça maior não era então percebida como tal pela indústria. É nesse momento que os trinta maiores empresários industriais nacionais fundam o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) para defender a indústria brasileira. Entretanto, mal assessorados inicialmente, sem contar com o apoio de macroeconomistas e cientistas políticos competentes, não percebem que a ameaça fundamental estava no plano macroeconômico e, em especial, na taxa de câmbio.<sup>51</sup> Em vez disso, insistem na definição pelo governo de uma “política industrial não-seletiva”, que era uma contradição. Estavam evidentemente perplexos e confusos diante da crise e da mudança de pacto político. Depois de quase sessenta anos de exercício de uma razoável hegemonia política (1930-1987), os empresários industriais percebiam que estavam perdendo poder, mas, diante da força da onda ideológica neoliberal, não tinham realmente um discurso alternativo a apresentar. Em consequência, muitos se deixaram levar pela ortodoxia convencional e por toda a modernidade que ela prometia.

---

<sup>51</sup> Lembro-me, nos três primeiros anos dos anos 1990, quando participava das reuniões do Conselho Superior de Economia da Fiesp, de alertar os demais membros sobre o problema. Dizia então: “Vocês estão resistindo à abertura comercial, que é inevitável; precisa apenas ser melhor administrada; não estão entretanto percebendo que o principal risco está na taxa de câmbio, que provavelmente se apreciará com o fim da alta inflação, que mais cedo ou mais tarde acontecerá”. Em 2001, quando fui convidado para jantar com os dirigentes do IEDI, a primeira coisa que seu líder, Paulo Cunha, me disse, foi lembrar essa frase.

Nos últimos anos, entretanto, depois que foi ficando claro o fracasso da política econômica proposta pela ortodoxia convencional e o escanteio em que haviam sido colocados, esses empresários, liderados pela Fiesp, o IEDI e a Confederação Nacional da Indústria, mudaram.<sup>52</sup> Sua assessoria macroeconômica melhorou, suas críticas deixaram de se limitar aos exageros da abertura comercial e à falta de uma política industrial para se dirigirem contra os juros altos e o câmbio apreciado. Continuam, porém, perplexos, provavelmente porque o peso do pensamento hegemônico é muito forte sobre eles. Percebem o problema mas hesitam quanto à solução. O ex-presidente da Fiesp, Horacio Piva (2006), declarou recentemente: “Estamos todos atônitos, como o resto da sociedade, mas ninguém consegue apresentar um cardápio de opções capaz de fazer com que nós nos livremos dessa situação”. Por outro lado, insistem em apontar o Estado e sua burocracia como seus adversários, sem perceber que esta é uma estratégia que divide a Nação. Paulo Cunha (2006: 23), que é provavelmente o líder intelectual mais importante dos empresários industriais brasileiros, indigna-se com a quase-estagnação da economia brasileira, critica a política macroeconômica, mas afinal concentra sua crítica no problema do tamanho do Estado, e afirma que “o Brasil se encontra encurralado por seu Estado”. A alternativa à atual política econômica obviamente existe, mas para reconhecê-la é preciso ser também capaz de criticar o Pacto Liberal-Dependente — o que os empresários ainda hesitam em fazer. O restabelecimento da aliança dos empresários com a burocracia do Estado é essencial para a retomada do desenvolvimento, mas isto não está claro para eles. Embora saibam da importância do controle do câmbio, não chegam a criticar a política de crescimento com poupança externa; não obstante indignados com a taxa de juros, continuam a atribuir o desequilíbrio fiscal e a carga tributária excessiva exclusivamente ao populismo dos políticos e à ineficiência e ao privilégio da burocracia do Estado. Começam, porém, a se dar conta de que o que se montou no Brasil foi um processo de captura do patrimônio do Estado, de violência contra os direitos republicanos dos cidadãos, que beneficia menos a burocracia do Estado e mais os rentistas, o setor financeiro e as empresas multinacionais; que, como os trabalhadores e a burocracia do Estado, também eles,

---

<sup>52</sup> A eleição, em 2004, de Paulo Skaff para a presidência da Fiesp foi um marco dessa mudança. Os empresários industriais passaram, a partir de então, a adotar uma posição mais clara a favor da mudança da política macroeconômica, aproveitando as críticas que desde 2002 se avolumavam e ganhavam consistência entre os economistas.



empresários industriais, e, mais amplamente, todo o empresariado dos setores produtivos, estão excluídos do pacto atual. Uma das dificuldades que os empresários enfrentam para compreender esse problema está no fato de que uma parte deles se transformou em rentista, seja porque venderam suas empresas a multinacionais, seja porque as conservaram em estado de dormência, enquanto equilibravam suas contas com os rendimentos financeiros. Esse grupo, porém, embora possa ter influência política, constitui minoria. A grande maioria dos empresários industriais está hoje indignada com a forma pela qual a economia brasileira vem sendo administrada e com os resultados insatisfatórios que vem alcançando em termos de crescimento econômico.

O fato de que os empresários, enquanto classe social, não tenham plena clareza de tudo o que está ocorrendo, de não verem que esse estado de coisas só será superado se suas lideranças forem capazes de participar de um grande acordo nacional, não tem nada de surpreendente. E definitivamente não impede que eles se constituam em uma burguesia nacional. Fernando Henrique Cardoso, em 1963, depois de entrevistar um grande número de empresários industriais, chegou à conclusão de que eles não constituíam uma burguesia nacional, ou seja, uma classe empresarial comprometida com os interesses nacionais.

Como fica claro no último capítulo de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, esperava dos entrevistados uma consciência dos problemas do Brasil que eles não tinham. Nem devia esperar que tivessem. O empresário é um homem ou uma mulher com energia e vontade de realização que assume riscos e inova. Seus objetivos fundamentais são o lucro e o crescimento de sua empresa. Não são especialistas em idéias e análises gerais. Este papel, nas sociedades capitalistas, cabe aos políticos, à alta burocracia e aos intelectuais. Em alguns casos, eles reúnem também os requisitos dessas outras profissões, mas esta é a exceção que as pesquisas, ao buscarem generalizar suas conclusões, não podem encontrar. O livro citado foi publicado em 1964, no momento em que os empresários, sentindo-se ameaçados pelo radicalismo político que a Revolução de Cuba, em 1959, provocara, aliaram-se aos militares e aos norte-americanos no golpe de Estado. Esse fato pareceu, então, uma confirmação da tese do livro — uma tese que depois seria central para a teoria da dependência e o Ciclo Democracia e Justiça. Havia aí, entretanto, um enorme equívoco. Sem dúvida não existe no Brasil uma burguesia nacional ideal, bismarckiana, igual ou muito semelhante à que existiu

nos países centrais quando realizaram suas revoluções capitalistas. O Brasil, como os demais países latino-americanos, sempre teve elites “européias”, dependentes portanto; como realizou sua revolução industrial muito mais tarde do que os países centrais, ficou sob sua hegemonia ideológica.

Entretanto, a partir dos anos 1930, aproveitando a crise por que passava então o sistema central, logrou se constituir em Nação — uma Nação que não resistiu, porém, à grande crise dos anos 1980 e à onda neoliberal. Não resistiu, de um lado, porque a crise foi muito profunda e atingiu a própria soberania nacional expressa na capacidade do país de gerir sua moeda,<sup>53</sup> de outro, porque nossas elites, não apenas empresariais — também políticas e intelectuais —, são “nacional-dependentes”: em alguns momentos, respondendo a seus interesses reais, aos interesses da grande economia em que estão, são nacionais; em outros, seja por medo do comunismo, com aconteceu em 1964, seja por mera subordinação ideológica ao centro hegemônico, são globalistas, dependentes. Elas estão permanentemente diante do dilema de se associar com seu povo e se transformar em uma Nação, ou se associar com as elites internacionais e se reduzir à condição prática de colônia. Este, porém, que poderia ser um dilema real para um país muito pequeno, para o Brasil é um falso problema. No Brasil, portanto, as elites brasileiras, inclusive seus empresários, vivem uma constante ambigüidade — uma ambigüidade que as elites dos países asiáticos, por exemplo, não têm. Em alguns momentos, identificam-se com um nacionalismo liberal e democrático, em outros, tornam-se dependentes.

Se, entretanto, eu tivesse que comparar as elites industriais com as elites intelectuais brasileiras, concluiria que as primeiras estão mais identificadas com a Nação porque seus interesses estão mais identificados com os interesses nacionais. Na era da globalização, o desenraizamento dos intelectuais de suas bases nacionais é um problema generalizado. O domínio da universidade estrangeira, principalmente da universidade norte-americana, é

---

<sup>53</sup> Conforme observa Belluzzo e Almeida (2002: 17) “essa crise... foi sobretudo uma crise da soberania do Estado, ameaçado em uma de suas prerrogativas fundamentais, a de gerir a moeda. Gerir a moeda significa, antes de mais nada, preservar a unidade de suas três funções – padrão de preços, meio de circulação e reserva de valor – e impedir que quaisquer outros ativos (moeda estrangeira, títulos financeiros públicos ou privados, mercadorias particulares) possam assumir essas funções ou algumas delas”.

enorme. Isto decorre, sem dúvida, da maior qualidade dessas universidades — algo indiscutível —, mas decorre também de mera dependência. Um exemplo disto é a pontuação no sistema Qualis da Capes,<sup>54</sup> o sistema que serve de base para a avaliação das publicações dos pesquisadores brasileiros. De acordo com esse sistema, *papers* publicados em boas revistas estrangeiras recebem uma pontuação duas a três vezes maior do que pela publicação em uma boa revista acadêmica nacional. O argumento oferecido é o de que “é mais difícil publicar em revistas estrangeiras” — o que é verdade. Mas, com essa prática, o que a universidade brasileira está fazendo é submeter os padrões de qualidade de sua produção científica às universidades estrangeiras. Que isto se faça com revistas de física, ou de biologia, ou de matemática, é razoável; mas que se faça com as ciências sociais — com a economia, a ciência política — é um sinal de subordinação ideológica grave.

Os empresários têm também problemas de auto-afirmação e auto-estima nacional, mas nada semelhante ao que acontece na academia. Mesmo entre os intelectuais, porém, começa a haver uma redescoberta da identidade nacional e da Nação. Preocupar-se apenas com a identidade cultural, entretanto, não será suficiente; terão que se preocupar também com a identidade política nacional, que é algo diferente. O Brasil tem, por exemplo, uma identidade cultural mais forte do que a do Canadá, mas a identidade política desse país — a consciência de seu povo de que seu governo existe para defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais — é muito mais forte.

Um outro sinal importante foi a mudança de atitude da imprensa. A mídia, como o Estado, reflete a correlação de forças que existe na sociedade. Quando, a partir da queda do Muro de Berlim, que no Brasil coincidiu com a hiperinflação de fevereiro de 1990 (o mês em que a inflação mensal superou 50%), o neoliberalismo e a hegemonia norte-americana se tornaram absolutos no mundo, a imprensa brasileira refletiu esse fato. A ortodoxia convencional foi entendida como a única alternativa responsável de política econômica. Após 2002, porém, na medida em que mudava a sociedade, começou também a mudar a imprensa. Os jornais passaram a dar mais atenção ao custo brutal dos juros sobre o orçamento público, e aos

---

<sup>54</sup> Coordenação do Ensino Superior do Ministério da Educação.

resultados lamentáveis em termos de crescimento da política econômica; ao mesmo tempo, começaram a reportar com mais frequência os argumentos novo-desenvolvimentistas.

As condições não são, portanto, ideais, mas existem condições para que um novo acordo nacional seja informalmente definido entre os brasileiros, que uma nova coalizão política voltada para o desenvolvimento econômico se forme. Além da insatisfação dos empresários, temos também uma insatisfação crescente na classe média profissional e na dos trabalhadores, e uma atenção cada vez maior dos intelectuais com o problema da Nação. As classes médias percebem as próprias dificuldades, a diminuição das oportunidades para seus filhos, a transformação do Brasil em um país de emigração, em que um número cada vez maior de jovens de classe média só encontra emprego no exterior. A classe média profissional, embora muito grande e heterogênea, será sempre um parceiro estratégico; hoje dela participam os quadros administrativos, técnicos e intelectuais que constituem o capital de conhecimento de uma Nação. Os trabalhadores, por sua vez, que são os maiores prejudicados, já que vivem uma condição crônica de alto desemprego e salários quase estagnados, deverão naturalmente participar de um acordo nacional voltado para o desenvolvimento. Certos setores ficarão fora do acordo ou terão seus poderes atuais reduzidos. Penso, particularmente, nos rentistas que vivem de altos juros, nos membros do setor financeiro e das grandes empresas que administram serviços públicos monopolistas. O setor financeiro, porém, continuará a desempenhar um papel decisivo na economia nacional, e, em pouco tempo, seus membros participarão do acordo nacional.

Entre os participantes, o entendimento mais estratégico é o que deve se estabelecer entre os empresários e os burocratas e políticos do Estado. É esse acordo que hoje falta dramaticamente no Brasil, na medida em que os empresários se deixaram influenciar pelo Norte e aceitaram a tese neoliberal de que a fonte de todos os problemas do país está nessa burocracia. Ora, ainda que esta burocracia, como qualquer grupo social, defenda interesses que nem sempre coincidem com os interesses gerais, o fato objetivo é que ela tem um papel estratégico no aparelho de Estado, da mesma forma que os empresários têm um papel estratégico no processo de acumulação e produção. Por outro lado, sabemos que o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência com que uma Nação conta. E sabemos que aos políticos (burocratas eleitos), assessorados pelos burocratas de carreira, cabe liderar esse

Estado. Logo, um acordo nacional e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento só serão possíveis se os empresários e os burocratas de Estado souberem superar suas divergências e desconfianças. O grande desenvolvimento que ocorreu no Brasil entre os anos 1930 e os anos 1970 só foi possível porque esse acordo básico existia.

Lograr um acordo nacional significará para seus participantes poder usar o Estado como instrumento de ação coletiva na busca de seus objetivos políticos. Para isso, eles terão que estar dispostos a enfrentar os adversários do acordo. Negam sua necessidade os neoliberais, que declaram desnecessária qualquer estratégia de desenvolvimento, a extrema direita e a extrema esquerda, e as elites globalistas cooptadas pelos países ricos. Nos antigos impérios a dominação se fazia através do uso da força e da colaboração de elites locais; no sistema hegemônico a força foi em grande parte substituída pelo *soft power*, pelo imenso poder ideológico da universidade, do cinema e da música popular norte-americanos, de forma que se soma à cooptação das elites locais a submissão de amplos setores da sociedade brasileira, admirados com a superioridade científica, tecnológica e cultural dos países ricos. Nesse processo, como os países hegemônicos são democracias complexas, é sempre possível contar com a ajuda de muitos de seus cidadãos, que sabem que afinal vivemos em um mundo só, e que a cooperação deve, em muitos momentos, ter precedência sobre a competição.@

## Conclusão

Existem, entretanto, sinais de que este quadro nacional negativo poderá ser revertido. A Reforma Gerencial iniciada em 1995, além de tornar o aparelho do Estado mais eficiente, está devolvendo à burocracia pública brasileira parte do prestígio social que perdeu em consequência, de um lado, do próprio colapso do regime militar, e, de outro, do esgotamento da estratégia nacional-desenvolvimentista. Em ambos os processos políticos, a burocracia pública teve um papel decisivo que, entretanto, foi substancialmente reduzido a partir do momento em que o Brasil, depois da Grande Crise dos anos 1980, não logra substituir a estratégia nacional-desenvolvimentista por uma nova estratégia e volta a se subordinar ao Norte. A burocracia pública exerce um papel importante quando a respectiva sociedade e principalmente a classe burguesa que nela exerce papel dominante tem uma razoável clareza quando aos objetivos a serem alcançados e os métodos a serem adotados. Entre 1930 e 1980 isto aconteceu, entremeada por uma crise na primeira metade dos anos 1960; mas desde a Grande Crise dos Anos 1980 o Brasil não conta mais com uma estratégia nacional de desenvolvimento na medida em que aceitou uma anti-estratégia que é a ortodoxia convencional exportada pelo Norte.

Há muitas causas que explicam esse desastre nacional, todas elas associadas ao fracasso do Pacto Popular-Democrático de 1977 em conduzir o país. Esse pacto foi capaz de promover a transição democrática, deu origem a toda uma série de políticas sociais que contribuíram para diminuir um pouco a grande concentração de renda existente no país, mas não teve proposta em relação ao desenvolvimento econômico, e, quando se viu brevemente no poder, em 1985, levou o país ao grande desastre que foi o Plano Cruzado. Havia necessidade, então, de uma mudança profunda das políticas econômicas para as quais a sociedade brasileira não estava preparada. As causas imediatas da Grande Crise eram a dívida externa contraída nos anos 1970 e a alta inflação inercial que decorreu do uso da indexação de preços, mas era preciso também mudar do velho desenvolvimentismo baseado na substituição de importações e nos investimentos do Estado para um novo desenvolvimentismo que se concentrasse em tornar a economia brasileira mais competitiva externamente através de políticas macroeconômicas que combinassem estabilidade com crescimento e que garantissem aos empresários taxas de juros

moderadas e principalmente taxas de câmbio competitivas. Esse é, essencialmente, o tema de *Macroeconomia da Estagnação* (2007) cujas teses não repetirei aqui.

Aqui o que é importante assinalar é que os fatores que levaram ao Brasil à demissão nacional no segundo governo Collor e à chegada ao poder de uma coalizão política intrinsecamente adversária do desenvolvimento econômico do país – o Pacto Liberal-Dependente – estão desaparecendo. Embora as taxas de crescimento sejam muito baixas quando comparadas com as dos demais países, a economia brasileira não vive mais o quadro de crise dos anos 1980. Por outro lado, o pressuposto de suas elites intelectuais marcadas pela teoria da dependência e pelo Ciclo Democracia e Justiça Social de que o desenvolvimento econômico estava assegurado não havendo por que se preocupar com ele perdeu qualquer base na realidade: o desenvolvimento que estava assegurado durou apenas durante os anos 1970. Em terceiro lugar, está ficando claro para a toda a sociedade o fracasso da ortodoxia convencional aqui e em outros países como a Argentina e o México em promover o desenvolvimento econômico; quando, neste quadro, a Argentina passa a adotar estratégias macroeconômicas semelhantes aos dos países asiáticos (câmbio competitivo, taxa de juros moderada, e ajuste fiscal rígido), passa a crescer fortemente. Em quarto lugar, a hegemonia ideológica norte-americana, que se tornara absoluta nos anos 1990, enfraqueceu-se de maneira extraordinária nos anos 2000 devido ao fracasso da ortodoxia convencional em promover o desenvolvimento econômico, e devido ao desastre que representou para os Estados Unidos a guerra do Iraque. Finalmente, nota-se entre os empresários industriais, que ficaram calados durante os anos 1990, uma nova consciência dos problemas nacionais e uma nova competência em matéria macroeconômica por parte de suas assessorias que serão essenciais para a definição em conjunto com a burocracia pública de um novo desenvolvimentismo.

É neste quadro mais amplo que a idéia de um novo desenvolvimentismo que se oponha tanto ao velho desenvolvimentismo porque este desempenhou seu papel mas foi superado, quanto à ortodoxia convencional que sendo uma estratégia proposta por nossos concorrentes antes neutraliza do que promove o desenvolvimento econômico, que devemos pensar o papel da burocracia pública. Por enquanto, ela continua essencialmente desorientada. Sua área econômica limita-se à racionalidade de reduzir despesas – o que é necessário mas está longe de ser suficiente. Sua área social logrou grandes êxitos, especialmente na saúde pública graças

ao êxito do SUS (Sistema Único de Saúde) em estabelecer um sistema de atendimento de saúde à população universal, muito barato, e com qualidade razoável. Tem logrado também avanços na área da educação fundamental, onde já não existe mais um problema de quantidade, e o problema central é agora o da qualidade do ensino. E poderá ter maiores avanços na medida em que essa qualidade depende não apenas de maior treinamento dos professores, mas principalmente de uma gestão mais eficiente das escolas e universidades que só novas formas de propriedade como a das organizações sociais (organizações de serviço públicas não-estatais de serviço financiadas pelo Estado e por ele controladas através de contrato de gestão). O ensino universitário no Brasil é particularmente ineficiente por ser estatal como na França e na Alemanha, ao invés de público não-estatal como é nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Na área da gestão, graças a concursos anuais para todas as carreiras do ciclo de gestão e especialmente para a dos gestores públicos o Estado brasileiro conta hoje a nível federal com uma burocracia muito melhor preparada e eficiente. No nível estadual, estão também se multiplicando as carreiras de gestores públicos. Na área do Poder Legislativo, a burocracia pública experimentou um grande avanço graças às carreiras de assessoramento criadas no Senado e na Câmara dos Deputados.

Em apenas um dos três poderes, no Judiciário, os burocratas estrito senso possuem o poder final; nos demais, os políticos detêm esse poder. Desde a Constituição de 1988, a autonomia da alta burocracia judicial, que inclui além da própria magistratura o Ministério Público e a Advocacia do Estado, e a Advocacia Pública, tornou-se muito mais forte – em certos momentos, forte demais. Ocorreu um processo de gradual desvinculação da magistratura pública de uma ideologia liberal e formalista que atende aos interesses da ordem constituída, e sua vinculação, de um lado, a seus próprios interesses corporativos, de outro, aos interesses da justiça social que animaram a carta de 1988. Entretanto, conforme Vianna et al. (1997: 38), embora “parte do Estado, encravado em suas estruturas, o Judiciário como ator não está destinado a irromper como portador de rupturas a partir de um construto racional que denuncie o mundo como injusto”. A lenta autonomização dos interesses econômicos do Judiciário é um fator positivo que reflete o fato de que os magistrados se percebem como parte da classe profissional com deveres para com os pobres ao invés de fazerem parte da classe capitalista.



Está claro, entretanto, que toda a burocracia pública e principalmente a burocracia pública judicial precisa mais controle ou responsabilização social (accountability). A Reforma Gerencial de 1965 deu um papel decisivo ao controle social, ou seja, à responsabilização da burocracia pública perante a sociedade, mas isto vem ocorrendo de maneira lenta. Está claro, entretanto, que a democracia implica não apenas liberdade de pensamento e eleições livres, não apenas representação efetiva dos cidadãos pelos políticos e mais amplamente pela burocracia pública, mas significa também prestação de contas permanente por parte da burocracia pública de forma a permitir a participação dos cidadãos no processo político. Os quatro pilares da democracia são liberdade, representação, responsabilização e participação. Em outro trabalho (Bresser-Pereira, 2004), vi três estágios históricos da democracia: a democracia de elites ou liberal, da primeira metade do século XX, a democracia de opinião pública ou social, da segunda metade desse século, e a democracia participativa que vai aos poucos aparecendo. No Brasil, as três formas de democracia estão presentes e embaralhadas: temos muito de democracia de elites, já somos uma democracia social, e a Constituição de 1988 abriu espaço para uma democracia participativa. Antes de chegar a ela, porém, além de melhorarmos os nossos sistemas de participação, será necessário tornar a burocracia pública mais responsabilizada perante a sociedade.

Não creio, entretanto, que esta mudança seja possível se a sociedade brasileira não voltar a ser uma verdadeira Nação e voltar a ter uma estratégia nacional de desenvolvimento – um desenvolvimento ou um progresso que não poderá ser apenas econômico, mas social e político, e, portanto, que responda aos objetivos políticos das sociedades democráticas modernas: segurança, desenvolvimento econômico, liberdade, justiça social e proteção da natureza. Entre o início do século XX e 1964 a sociedade brasileira, no quadro do Ciclo Nação e Desenvolvimento, enfatizou apenas os dois primeiros objetivos, e deixou em segundo plano a democracia e a justiça social. A partir do início dos anos 1970, um novo ciclo da sociedade começou – o Ciclo Democracia e Justiça Social –, que realizou muito nessas duas direções e se orientou para a defesa do meio-ambiente, mas deixou de lado a Nação e o desenvolvimento econômico. O grande desafio que se coloca hoje para a sociedade brasileira é o de fazer uma síntese desses dois ciclos – algo que é possível e que dará orientação e sentido para sua burocracia pública.

## Referências

- Aberbach, Joel D., Robert D. Putnam e Bert A. Rockman (1981) *Bureaucrats & Politicians in Western Democracies*. Cambridge, Ma: Harvard University Press.
- Abrucio, Fernando Luiz (1998) *Os Barões da Federação*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Abrucio, Fernando Luiz e Francisco Gaetani (2006) “Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão”. In Consad – Conselho Nacional de Secretários de Gestão (2006) *Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados*. São Paulo: Fundap.
- Almeida, Lúcio Flávio de (2006) *A Ilusão do Desenvolvimento: Nacionalismo e Dominação Burguesa nos anos JK*, Florianópolis: Editora da UFSC.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1933) *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. Rio de Janeiro: Edições Unitas.
- Beltrão, Hélio (1984) *Descentralização e Liberdade*. Rio de Janeiro: Record.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1962) "The rise of middle class and middle management in Brazil". *Journal of Inter-American Studies* 4(3): 313-326. Republicado como Capítulo 3 de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968/2003).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1964) "Origens étnicas e sociais do empresário paulista". *Revista de Administração de Empresas* 3(11): 83-103.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1968/2003) *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003*. Quinta edição. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970) "Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia brasileira". *Visão*, 21 de novembro, 1970. Disponível em [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br). Republicado em Bresser-Pereira (1968/2003: 168-178).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1976) "Estatização ou redefinição do modelo político?" *Jornal de Debates*, janeiro 1976:16-23<sup>A24</sup>. Republicado em *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978) São Paulo: Editora Brasiliense: 113-121.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977a) *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977b) “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”. *Estudos CEBRAP*, 21: 75-110.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1998) *Reforma do Estado para a Cidadania*. S.Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1999) "Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995". *Revista do Serviço Público*, 50(4): 5-28.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2002) “Why did democracy become the preferred and consolidated political regime only in the twentieth century?” Trabalho apresentado ao III Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói, 29-31 julho 2002. Revisado em janeiro de 2007. Disponível em [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2005) “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. In Caio Navarro de Toledo, org. (2005) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201-232.
- Carone, Edgard (1972) *A República Velha*. Segunda edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Carvalho, José Murilo de (1980) *A Construção da Ordem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Castro Gomes, Angela de (1994) “Novas elites burocráticas”. In Ângela de Castro Gomes, org. (1994): 1-12.
- Castro Gomes, Angela de, org. (1994) *Engenheiros e Economistas: Novas Elites Burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Cawson, Alan (1986) *Corporatism and Political Theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- Cepeda, Vera (2004) *Roberto Simonsen e a Formação da Ideologia Industrial no Brasil: Limites e Impasses*. Tese de doutoramento defendida perante o Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, abril de 2004.
- CLAD (1998) *Uma Nova Gestão Pública para a América Latina*. Caracas: CLAD - Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Documento em espanhol, português e inglês preparado pelo Conselho Científico e aprovado pelo Conselho Diretor do CLAD, 14 de outubro, 1998. Disponível no site do CLAD e em [www.reformadagestaopublica.org.br](http://www.reformadagestaopublica.org.br).
- Costa, Vanda Maria Ribeiro (1999) *A Armadilha do Leviatã*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Cunha, Mário Wagner Vieira da (1963) *O Sistema Administrativo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura.
- Dantas, Francisco C. San Tiago (1949) *Dois Momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Diniz, Eli (1997) *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Drummond, José Augusto (1986) *O Movimento Tenentista*. Rio de Janeiro: Graal.
- Duarte, Nestor (1939 [1966]) *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, 2a. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966. Primeira edição, 1939.
- Faoro, Raymundo (1957/75) *Os Donos do Poder*, segunda edição. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Primeira edição, 1957; segunda edição revista, 1975.
- Fausto, Boris, org. (1978) *O Brasil Republicano – 2º. Vol. “Sociedade e Instituições”* (Parte III de *História Geral da Civilização Brasileira*). São Paulo: Difel.

- Fonseca, Pedro Cezar Dutra (1989) *Vargas: O Capitalismo em Construção*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Freyre, Gilberto (1933 [1992]) *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992. Primeira edição, 1933.
- Freyre, Gilberto (1951 [2003]) *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Editora Global.
- Gaetani, Francisco (2005) *Public Management Constitutional Reforms in Modern Brazil 1930-1998*. Tese de doutorado na Universidade de Londres.
- Gerschenkron, Alexander (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. New York, Praeger.
- Gill, Indermit S. (1998) "Some Determinants of Sustainable Public Administration Reform. Or, Why I am Optimistic about Administrative Reforms in Brazil". Brasília: Escritório do Banco Mundial em Brasília, novembro 1998. Trabalho preparado para o seminário patrocinado pelo Conselho Britânico, "Public Reform in Brazil and the British Technical Cooperation", Londres, 23 de novembro, 1998.
- Gouvêa, Gilda Portugal (1994) *Burocracia e Elites Dominantes do País*. São Paulo: Editora Paulicéia.
- Graham, Lawrence S. (1968) *Civil Service Reform in Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- Harber, Stephen e Herbert S. Klein (1997) "The Economic Consequences of Brazilian Independence". In Stephen Harber, org. (1997) *How Latin America Fell Behind*. Stanford, Cal.: Stanford University Press.
- Hochman, Gilberto (1992) "Os cardeais da previdência social: gênese e consolidação de uma elite burocrática". *Dados*, 35(3): 371-401.
- Ianni, Octávio (1971) *Estado e Planejamento Econômico no Brasil [1930-1970]*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Lafer, Celso (1970 [2002]) *JK e o Programa de Metas - 1956-1961*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. Tese de doutoramento, Cornell University, 1970.
- Lothian, Tamara (1995) "The democratized market economy in Latin America (and elsewhere): an exercise in institutional thinking within law and political economy". *Cornell International Law Journal* 28 (1): 169-217.
- Loureiro, Maria Rita e Fernando Luiz Abrucio (1999) "Política e democracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 14 (41), outubro 1999: 69-89.
- Maddison, Angus (1991) *Dynamic Forces in Capitalist Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Maddison, Angus (2003) *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD Publications, Development Centre Studies.
- Martins, Luciano (1976) *Pouvoir et Développement Economique*. Paris: Editions Anthropos.

- Martins, Luciano (1985) *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Martins, Luciano (1995) *Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: Uma Visão Geral*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP no.8, 1995.
- Melo, Marcus André (2002) *Reformas Constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Mills, C. Wright (1960) *Listen Yankee*. ???
- North, Douglas, William Summerhill, and Barry R. Weingast (2000) “Order, disorder, and economic change: Latin America versus North America”. In Mesquita and Root, orgs. 2000: 17-58.
- Nunes, Edson de Oliveira (1984 [1997]) *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro e Brasília: Zahar Editores e Escola Nacional de Administração, 1997. Tese, Universidade de Berkeley, 1984.
- O Estado de S.Paulo* (1976) “Os Superfuncionários” (reportagem por ‘equipe de repórteres’), *O Estado de S.Paulo*, 1 e 4 de agosto de 1976.
- Offe, Claus e Volker Ronge (1976 [1884]) “Teses sobre a fundamentação do conceito de ‘Estado capitalista’ e sobre a pesquisa política de orientação materialista”. In Claus Offe (1984) *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Petrucchi, Vera e Letícia Schwarz, orgs. (1999) *Administração Pública Gerencial: A Reforma de 1995*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Pinheiro, Paulo Sérgio (1978) “Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”. In Boris Fausto, org. (1978): 9-37.
- Poulantzas, Nicos (1968) *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'Etat Capitaliste*. Paris: Maspero.
- Prado Jr., Caio (1945[1956]) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, quarta edição 1956. Primeira edição, 1945.
- Przeworski, Adam (1985) *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rangel, Ignácio M. (1953 [1957]) *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. Escrito em 1953.
- Rangel, Ignácio M. (1980) “Revisitando a ‘Questão nacional’ ”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º.27, 1980.
- Rosa, Virginio Santa (1933 [1976]) *O Sentido do Tenentismo*. Terceira impressão. São Paulo: Editora Alfa-Omega. Primeira impressão, 1933.
- Santos, Wanderley Guilherme (1990) “Regulamentação no Brasil: uma agenda para pesquisa”. Trabalho apresentado ao seminário “Regulamentação e Desregulamentação Econômica” promovido pelo Instituto de Economia e Gestão da Universidade de Santa Úrsula, Rio de Janeiro. Cópia.

- Schmitter, Philippe C. (1974) "Still a century of corporatism?". *Review of Politics* 36(1): 7-52.
- Schneider, Ben Ross (1991 [1994]) *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1994.
- Simonsen, Roberto (1945) *O Planejamento da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Indústria Gráfica Siqueira, junho 1945.
- Simonsen, Roberto C. (1944) "A Planificação da Economia Brasileira". Exposition to the Conselho Nacional de Política Industrial, August 16, 1944. In Roberto C. Simonsen (1973) *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira vol.349, 1973 (pp. 294-315).
- Sodré, Nelson Werneck (1962) *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Sodré, Nelson Werneck (1968) *História Militar do Brasil*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Thorstensen, Vera (1980) *O Setor de Bens de Capital, o Estado Produtor e o Estado Planejador: Conflito ou Cooperação?* Tese de doutorado aprovada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- Uricoechea, Fernando (1978) *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel.
- Vianna, Luiz Werneck, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palácios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos (1997) *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza (1970) "Uma reforma da administração de pessoal vinculada ao processo de desenvolvimento nacional". *Revista de Administração Pública*, 41(1): 7-31.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza (1979) "Organização governamental e administrativa, voltada para o processo de desenvolvimento nacional: o caso brasileiro". *Revista de Administração Pública* 12(2): 7-36.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza. (1983) *A Reforma Administrativa da Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza (1984a) "A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas. Uma apreciação geral". *Revista de Administração Pública* 18(1): 49-87.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza (1984b) "Desburocratização e desestatização: novas considerações sobre as prioridades brasileiras de reforma administrativa na década de 80". *Revista de Administração Pública* 18(4): 72-87.
- Wahrlich, Beatriz M. (1983) *A Reforma Administrativa da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Wirth, John D. (1970 [1974]) *A Política do Desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.